

Collor quer combater latifúndio, “over” e cartéis

Wilson Pedrosa — 14-05-89

**Dora Tavares de Lima
e Rosângela Bittar**

BRASÍLIA — Certo de que será o próximo presidente da República, Fernando Collor de Mello já prepara o *Diário Oficial* do dia seguinte à posse com pelo menos três medidas de impacto que atingirão em cheio setores que lhe dão sustentação eleitoral. Mudam os critérios de aplicação no **overnight**, para reestruturar a dívida pública interna, uma emenda constitucional propõe a desapropriação, para efeito de reforma agrária, de qualquer latifúndio que não cumpra sua função social e uma lei antitruste controlará a formação de cartéis.

Collor quer, logo no dia 16 de março, firmar um perfil de centro-esquerda para seu governo. No **pacotão**, como está sendo chamado o conjunto de medidas do primeiro dia, pretende incluir um grande lote de atos reformistas, que os técnicos engajados na campanha estão preparando agora, cercados do maior sigilo, nas áreas econômica, fiscal, financeira, agrária e administrativa. São esses técnicos que deverão integrar o “governo de gerentes” que Collor pretende formar.

Assessores garantem que haverá surpresas à esquerda e à direita. Mas, como a direita já está com ele e acabou marcando a candidatura como representante dessa facção, sabe que precisa conquistar a esquerda. Não foi por outro motivo que escolheu a reforma agrária para marcar seu gesto espetacular nessa direção. A sua proposta de vincular a desapropriação ao cumprimento da função social da terra ressuscita a proposta da esquerda enterrada pela União Democrática Ruralista (UDR) na Constituinte.

Drama — Collor e seus colaboradores mais próximos vivem um drama hoje, que tentaram inutilmente evitar durante toda a campanha e que agora se torna mais grave com a possibilidade

de assumir o Palácio do Planalto. O PRN é um partido de ficção, cujo candidato saiu da administração de um estado inexpressivo, como Alagoas, a bordo de um esquema amador. Não há quadros de experiência e respeitabilidade comprovada para governar. No grupo que formulou a campanha e o programa de governo, Collor cercou-se de gente com origem esquerdista, mas sua sustentação eleitoral é basicamente de direita.

Esse paradoxo perturba, mas a saída já está montada. “O governo nada terá a ver com essa sustentação eleitoral que está aí”, antecipa o líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros, que garante não estar havendo compromissos prévios do candidato com os políticos que hoje o apoiam. A idéia é mantê-los ocupados com as disputas estaduais da eleição de 1990. No início do governo, no entanto, eles têm um papel fundamental a cumprir: dar sustentação no Congresso, votar o **pacotão**. Collor pretende confinar esse grupo reservando a ele os cargos federais nos estados.

A expectativa com relação ao ministro Antonio Carlos Magalhães, um apoio que ninguém na campanha nega mais, é que se eleja governador da Bahia. No comitê de Collor é sempre lembrado que Antonio Carlos tem, nas pesquisas locais, um índice de 60% de popularidade em Salvador. O mesmo destino Collor deseja para o senador João Castelo no Maranhão, o coronel Adauto Bezerra no Ceará, o senador Carlos Chiarelli no Rio Grande do Sul, o deputado José Carlos Martinez no Paraná, o prefeito de Osasco, Francisco Rossi, em São Paulo, entre outros.

Para afastar esse grupo da composição do governo, Collor escolheu o momento preciso: no início da campanha do segundo turno reuniu todas as lideranças regionais e recomendou: “Vocês têm autonomia para administrar a composição dos apoios nas suas cidades. Vamos municipalizar as alianças”.



Collor quer construir 6 milhões de casas populares

Com isso, distribuiu tarefas e evitou envolver-se em brigas locais.

O fato de Collor não ter loteado o governo, nem pretender fazê-lo com esse grupo, não quer dizer que não tenha feito promessas. Podem esperar cargos federais nos estados e municípios e verbas para obras que serão úteis na eleição do ano que vem. A um deputado do Rio de Janeiro, já prometeu a conclusão das obras da usina de Angra II e investimentos na região de Sepetiba.

Gente nova — A quem Collor pretende entregar a execução do projeto de centro-esquerda, não se sabe. Até porque o deputado Renan Calheiros está convencido de que, passada a eleição, a patrulha ideológica que, na opinião dele, impede adesões de maior peso, sairá de campo e os grandes nomes da inteligência serão conquistados por uma proposta de governo de união nacional. O assessor de imprensa, Cláudio Humberto, aposta que Collor ignorará a elite intelectual que o desprezou e dará espaço a quadros novos.

“Tem muita gente boa por aí”, insinua Cláudio Humberto, sem querer revelar nomes. Nem os das 220 pessoas que, na sombra, sob compromisso do anonimato, participaram da elaboração do programa de governo. Cláudio garante que no grupo há gente de todos os partidos, até mesmo do PT. Mas algumas pistas já são claras. A economista Zélia Cardoso de Melo usa seu trânsito na esquerda, na área acadêmica e até mesmo no segundo e terceiro escalões do governo para fazer a colheita.

São promissoras as chances dos especialistas do Itamaraty, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (da Secretaria do Planejamento), e das universidades de São Paulo e Campinas, Fundação Getúlio Vargas e PUC. Além disso, Zélia poderá se cercar de antigos companheiros do Ministério da Fazenda, onde trabalhou com Andrea Calabi, na Secretaria do Tesouro.

Fracasso — Se eleito, Collor só vai formar um governo com gente nova

porque não tem alternativa. O sonho dele era poder contar, desde o começo, com apoios de maior densidade política, de preferência à esquerda. “Essas pessoas poderiam ter avalizado nosso projeto, o que tornaria tudo mais fácil agora. Com elas, Collor firmaria compromissos claros”, admite Cláudio Humberto.

Ainda governador de Alagoas, já com um projeto político nacional, Collor tentou conquistar de Waldir Pires a Tasso Jereissatti. Só que não deu certo. No lugar de Waldir, vieram o empresário Pedro Irujo e Antonio Carlos Magalhães. Sem Tasso, ficou com os coronéis do Ceará. Na falta de Miguel Arraes, aliou-se em Pernambuco a Joaquim Francisco e Marco Maciel.

Tentou Hélio Garcia, em Minas Gerais, mas ficou com a vice do governador Newton Cardoso, Júnia Marise. Em São Paulo, cansou de cortejar os tucanos, mas vieram o deputado Arnaldo Faria de Sá e o prefeito de Osasco, Francisco Rossi. No Sul, cobiou o governador Pedro Simon e o deputado Nelson Jobim, mas teve de contentar-se com o senador Carlos Chiarelli.

Com Waldir, em 1988, teve conversas que varavam a noite no Palácio de Ondina. A Miguel Arraes cortejou durante um ano. Eram dois governadores que consultava sempre. Teve reuniões com os principais líderes do PSDB e chegou a defender a candidatura de Mário Covas. Cláudio e Renan estavam certos de que essas aproximações resultariam em alianças. “Mas na hora eles recuaram”, relata Cláudio, acusando-os a todos por terem jogado Collor nos braços da direita. “Foram muitos pes”.

Renan não esconde a mágoa ao lembrar conversas com o senador Fernando Henrique Cardoso e reproduzir a frase que ouviu dele no meio da campanha: “Collor é imbatível. Uma eleição se ganha com votos e um governo precisa de quadros. Vocês têm os votos e o PSDB tem os quadros”.